

AVALIAÇÃO DIALÉTICA: DA MEDIÇÃO À MEDIAÇÃO

Ana Carolina de Fazzio Carmo Prado ¹
Elaine Sampaio Araujo ²

INTRODUÇÃO

Comumente, observamos que a defesa da ideia da escola como um espaço democrático decorre de alguns princípios, cujos alicerces estão fincados no direito de aprendizagem, previsto em lei a partir da Constituição de 1988, cujo artigo 205 a define como direito de todos e dever do estado para pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para exercício da cidadania e do trabalho.

Com efeito, ao longo dos anos subsequentes, a escola e seus principais sujeitos, professor e estudante, puderam vivenciar a implementação de diferentes políticas que, voltadas à melhoria da qualidade da educação, buscavam importar do cenário econômico práticas e condutas capazes de alavancar a educação nacional. Todavia, o que “sentimos na pele” – a incessante análise de “índices” e a incansável busca por “bonificações” – pode, muitas vezes, ser comparado à pressão pelo cumprimento de “metas” que, não necessariamente, carregam em si possibilidades para o desenvolvimento dos sujeitos.

Nessa relação, as práticas avaliativas, sobretudo a “avaliação da aprendizagem”, consolidaram-se como instrumentos preponderantes no ensino, cujo objetivo central liga sua operacionalização à necessidade de obter resultados que, por sua vez, assumem o papel de orientadores dos objetivos e dos conteúdos escolares, influenciando o desenvolvimento da atividade docente e fazendo com que os professores recorram a formas que pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento dos estudantes, mas, de uma maneira ou de outra, garantem os resultados esperados (FREITAS, 2014).

Na busca por contribuir para a construção de princípios formadores da consciência docente, no âmbito do programa “Melhoria do ensino público”, este trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa “Gênese e desenvolvimento da organização do ensino de matemática em um município paulista”, que, financiado pela Fundação de Amparo à

¹ Mestranda em Educação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP, carolfazzio@usp.com;

² Professor orientador: Professora Associada do Departamento de Educação, Informação e Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Educação, FFCLRP – USP, esaraujo@usp.com.

Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), teve como objeto a organização do currículo para o ensino de Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse contexto, nosso objeto centra-se na avaliação do ensino, significada nos preceitos da teoria histórico-cultural e objetivada por meio da atividade docente alicerçada aos princípios teórico-metodológicos da Atividade Orientadora de Ensino (AOE), no qual, nosso objetivo é compreender e explicitar a significação e a vivência da avaliação como unidade mediadora no processo em que o objeto do conhecimento humano, construído historicamente, revela-se às gerações posteriores por meio dos objetos de ensino.

Assim, por compreendermos que nosso método de exposição revela nosso método de investigação, organizamos o trabalho a partir de quatro elementos que se constituem como interdependentes: Princípios, Propostas, Práticas e Possibilidades. Nesse movimento de pesquisa, discutimos sobre os sujeitos que vivem a avaliação, a influência e a orientação dos referenciais normativos da educação brasileira sobre a atividade docente, passando pelas diferentes facetas da avaliação e, por fim, apresentamos o movimento de análise e síntese possibilitado pela avaliação ao longo do planejamento, execução e conclusão da atividade de ensino.

Por meio dos diferentes materiais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) do município campo e pelo material produzido por uma de suas professoras, realizamos a discussão sobre o espaço ocupado pela avaliação inserida na organização curricular e revelada por meio das práticas e condutas dos professores, o que, em consequência, possibilitou-nos a significação de suas diferentes facetas, levando-nos à compreensão da avaliação dialética como principal resultado deste trabalho.

A necessidade em se discutir a avaliação à luz de uma perspectiva teórica que não a compreende, unicamente e somente, como métrica formadora de personalidades subservientes, mas como ação-instrumento capaz de contribuir para análise da realidade concreta do “lugar” da avaliação no contexto das salas de aula, apesar de se configurar como motivo particular desta pesquisadora, revela-se como elemento de relevância social, uma vez que, como sujeitos desse contexto, consideramos a organização intencional de atividade de ensino (MOURA et al., 2010) principal via para o desenvolvimento dos nexos formadores do pensamento teórico (DAVIDOV, 1987).

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, nosso método de investigação, alicerçado aos princípios da teoria histórico-cultural, possibilitou a construção de um percurso dialético. Ancorado à elaboração de “quadros de analíticos”, sobre alguns dos elementos que gostaríamos de colocar em destaque, levantávamos evidências, associando-as aos pressupostos teóricos norteadores e balizadores da nossa compreensão sobre o papel e a relação entre os sujeitos, a relação ensino-aprendizagem e a avaliação. Por fim, realizávamos as discussões a partir das possibilidades de análise que, dos quadros, expandiam-se ao corpo do texto.

A análise do material empírico, seguiu um caminho semelhante. Inicialmente tecemos uma linha histórica pelos documentos reguladores da educação brasileira, levantando o papel da avaliação. Ao adentrarmos na análise dos materiais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação do município campo, os quadros construídos apontaram apenas para as evidências, no qual, ao analisarmos as avaliações de um período destinadas às turmas do primeiro ao quinto ano, destacamos os conceitos matemáticos e os objetivos centrais de cada um dos exercícios utilizados para avaliar a aprendizagem dos estudantes. Tecemos uma discussão entre tais objetivos e a sua relação com as habilidades apontadas como essenciais pela BNCC, analisando também uma possível sequência didática utilizada para o ensino das horas a partir dos princípios da teoria histórico-cultural, cujos preceitos constituíram-se como orientadores da nossa pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos Princípios – “Sobre os sujeitos que vivem a avaliação e as relações que constituem as possibilidades de desenvolvimento humano”, por meio do conceito apresentado por Charlot (1979), sobre a relação entre o adulto e a criança que, no espaço escolar, apresenta-se na relação professor-estudante, discutimos o espaço social ocupado por esses sujeitos, bem como as concepções de aprendizagem que o permeiam, destacando o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (VIGOTSKI, 2001), que, ao considerar as possibilidades de desenvolvimento prospectivo, relaciona-se à compreensão que temos da avaliação como unidade mediadora na relação ensino-aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento humano.

Nas Propostas – “Um olhar para a BNCC e sua relação com o currículo, as práticas e as condutas”, tecemos uma breve síntese histórica sobre os preceitos presentes nos

documentos orientadores da educação brasileira, no período pós-Constituição de 1988, até a atual publicação da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, destacando a gradual inserção de princípios subjacentes à avaliação que, caracterizada como métrica da aprendizagem, foi incorporada ao ensino como principal meio para verificação e validação de sua qualidade.

Nas Práticas – “Algumas dimensões da avaliação: da pseudointencionalidade pedagógica à formação da consciência docente”, discutimos as características subjacentes ao “instrumento de medição”, as quais, em sua dimensão instrumental e operacional, desencadeiam certa pseudointencionalidade pedagógica sobre as práticas e as condutas do professor em relação ao papel dessa ferramenta na organização do ensino. De encontro a essas dimensões, apresentaremos a avaliação em sua dimensão dialética e, alicerçados nos princípios da teoria histórico-cultural, a defendemos como ação-instrumento, intrínseca à relação ensino-aprendizagem, constituindo-se como possibilidade de análise e síntese da atividade docente, uma vez que a compreendemos, como unidade mediadora entre o ensinar e o aprender, no qual ela nos permite regular situações desencadeadoras de aprendizagem, com vistas à apropriação dos nexos próprios do pensamento teórico, via ensino escolarizado.

Ainda nesse momento, abordaremos desde os materiais utilizados pela SME do município campo para acompanhamento das aprendizagens dos estudantes a partir de 2016, até a organização de novas práticas que, em 2020, considerando o estado de calamidade sanitária em que vivenciamos a modalidade remota do ensino por medidas de distanciamento social, são consideradas por nós como exemplo da avaliação dialética na atividade de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas Possibilidades – “A avaliação dialética: da medição à mediação”, ancorados principalmente em Leontiev (2004), que apresenta a Teoria da Atividade, além de Moura et al. (2010), Moura e Araujo (2018) e outros autores que tratam dos fundamentos teórico-metodológicos subjacentes à Atividade Orientadora de Ensino, discutimos os princípios da Avaliação Dialética objetivada ao longo do planejamento, da realização e da conclusão da atividade educativa. Para isso, apresentaremos uma cena que, apesar de imaginária, possui certa recorrência no dia a dia daqueles que ocupam as salas de aula.

Com auxílio de uma história virtual, discutimos um exemplo de tomada de consciência em relação às etapas da atividade de ensino, de modo que a medição da aprendizagem sai de cena, para dar espaço à avaliação compreendida como possibilidade de mediação do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar o movimento de análise e síntese que, em defesa de uma avaliação dialética, intrínseca à atividade pedagógica e, por isso, unidade mediadora entre o ensino e a aprendizagem, se constitui como possibilidade para que os sujeitos tenham condições para se apropriar dos objetos do conhecimento construídos historicamente e constituídos como bens da humanidade.

A escolha de um nome – avaliação dialética – surgiu pela necessidade de que, ao passo que a defendíamos como unidade “mediadora” das possibilidades de desenvolvimento humano, pudéssemos diferenciá-la da “avaliação mediadora” descrita por Hoffmann (1992), cuja concepção parte da construção de um ensino em que os erros dos estudantes são vistos como possibilidades de intervenções no processo de aprendizagem. A diferença, aqui, não está na aplicação de uma avaliação para medir os conhecimentos e, com base neles, planejar futuras intervenções, mas em compreender que, como inerente, ela medeia a organização do ensino, para que, de modo intencional, os sujeitos – professor e estudante – venham a se apropriar do conhecimento produzido (MOURA; ARAUJO, 2018; MOURA; SFORNI; LOPES, 2017; PIOTTO, 2020).

Diante disso, buscar meios para estabelecer e significar a relação que compreendíamos entre a Avaliação Dialética e os princípios teórico-metodológicos da Atividade Orientadora de Ensino. Assim, ao avaliar a avaliação, não tratamos somente da inserção e da influência nos modos de organização do ensino, em decorrência da existência de instrumentos físicos, mas da construção de uma consciência, em que o ato avaliativo venha sobrepujar as dimensões instrumentais e operacionais, para configurar-se como ação intrínseca aos sujeitos e, por isso, mediadora das relações entre os homens e os objetos do conhecimento construídos pela humanidade.

Palavras-chave: Avaliação. Avaliação Dialética. Zona de Desenvolvimento Proximal. BNCC. Atividade Orientadora de Ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 04 maio 2017.

CHARLOT, B. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAVIDOV, V. V. La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico. Moscou: Progreso, 1987.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.

HOFFMANN, J. M. Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista. In: HOFFMANN, J. M. Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1992.

LEONTIEV, A. N. Desenvolvimento do psiquismo. Trad. R. E. FRIAS. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MOURA, M. O. de et al. Atividade orientadora de ensino: unidade entre ensino e aprendizagem. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 205-229, 2010.

MOURA, M. O. de.; ARAUJO, E. S. A atividade orientadora de ensino como mediação. In: BEATÓN, G. A. et al. (org.). Temas escolhidos na psicologia histórico-cultural interfaces Brasil-Cuba. Maringá: Eduem, 2018.

MOURA, M. O. de; SFORNI, M. S. de F.; LOPES, A. R. L. V. Objetivação do ensino e o desenvolvimento do modo geral de aprendizagem da atividade pedagógica. In:

MOURA, M. O. de (org.). Educação escolar e pesquisa na teoria histórico-cultural. São Paulo: Loyola, 2017. p. 71-100.

PIOTTO, D. C. Bases vigotskianas da Atividade Orientadora de Ensino. Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, Uberlândia, p. 334-354, 2020.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. Trad. P. BEZERRA. São Paulo: Martins Fontes, 2001.